



**D. Manuel Clemente**

**Palavras de Abertura**

### **Quem quer os fins, quer os meios**

Tenho todo o gosto em estar presente e em abrir esta conferência anual. Assim é, antes de mais, pelo interesse e envolvimento com que sigo a atividade deste importante órgão da Conferência Episcopal Portuguesa: importante sempre e imprescindível agora. Sobretudo agora, quando no país e no mundo não nos podemos excluir duma cidadania reflexiva e ativa que reabra horizontes de esperança para populações inteiras, na própria terra ou em busca de alguma.

Passou mais de meio século desde que o Concílio Vaticano II insistiu no seguinte: «A profunda e rápida transformação do mundo exige com toda a urgência que não haja ninguém que, por inadvertência à evolução das coisas ou por inércia, se contente com uma ética individualista» (Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, 30).

Era já “urgente”, mas ainda demora. Aliás, a grande contradição do nosso tempo está precisamente aqui. Por um lado, a globalização põe-nos cada vez mais perto uns dos outros, quantitativa e mediaticamente falando. Por outro, a individualização sociocultural pode reter cada vez mais cada um em si mesmo, eliminando vizinhanças, desvitalizando comunidades, rarefazendo cooperações, virtualizando o mundo e abstendo-nos politicamente. Não que sejamos menos exigentes, como em muitos casos devemos realmente ser. Mas também o devemos ser connosco, não faltando com o que devemos aos outros.

O tema desta conferência anual é, por isso, de grande importância e oportunidade. Tem sido, aliás, objeto de vários pronunciamentos da Doutrina Social da Igreja, como nos dirá, com a sua reconhecida competência, o Prof. Ildefonso Camacho.

Acrescento apenas, que o citado número da constituição pastoral *Gaudium et Spes*, continuava assim: «O dever de justiça e de caridade cumpre-se cada vez melhor quando cada um, contribuindo para o bem comum segundo as próprias possibilidades e as necessidades alheias, promove também o desenvolvimento das instituições, tanto públicas como privadas, e ajuda as que servem para melhorar as condições humanas».

Creio estar aqui o princípio básico da relação sistema fiscal – justiça social. Precisamente em contribuir para o bem comum conjugando as próprias possibilidades com as necessidades alheias. A justiça manda-nos dar a cada um o que lhe é devido; a caridade faz-nos tomar como próprias as necessidades dos outros. E assim mesmo alcançaremos um bem que se possa dizer verdadeiramente comum.

Mas a constituição pastoral não abriu apenas uma página nova na Doutrina Social da Igreja, focalizando a atenção dum concílio ecuménico nas realidades socioculturais contemporâneas. Fê-lo com grande realismo, pois tanto assumiu “as alegrias e as esperanças” como incluiu “as tristezas e as angústias” da humanidade – a de então, como a de agora. E por isso não deixou de lamentar, sempre no mesmo número, o facto de que «não poucos, servindo-se de várias fraudes e subterfúgios, não se envergonham de fugir ao pagamento dos impostos justos ou a outros deveres para com a sociedade».

Passado meio século, a atenção do Magistério – papal e sinodal – focou-se particularmente na temática familiar. O Papa Francisco, que não se cansa de nos chamar a atenção para as trágicas consequências da desvinculação social a vários níveis, identifica nas dificuldades que atingem as famílias o primeiro fator negativo dessa mesma desvinculação. Ausente na origem, como aprendizagem natural e próxima, a solidariedade não se manifesta depois, no “salve-se quem puder” das existências sem coexistência.

Mas o Concilio, noutra passagem do seu magistério, requeria mais atenção à subsistência das famílias, também no respeitante ao sistema fiscal. Oiçamos o trecho: «Sejam tidas em conta, no governo da sociedade, as necessidades das famílias quanto à habitação, à educação, às condições de trabalho, à segurança social e aos impostos» (*Decreto Apostolicam Actuositatem*, 11).

Dizemos correntemente que quem quer os fins, quer os meios. É realmente assim, unindo aspirações e responsabilidades, próprias e alheias – ou direitos e deveres, juridicamente falando. Há tanto a fazer neste campo, como pedagogia social, que só posso felicitar a Comissão Nacional Justiça e Paz pela escolha da temática deste dia. Para assim prosseguirmos, em concidadania sempre exercitada.

+Manuel Clemente

Lisboa, 22 de outubro de 2016